

## Da reificação à consciência e organização do Partido

Diego Fonseca Dantas<sup>6</sup>

### Reification of consciousness and Party organization

#### RESUMO

O tema deste ensaio trata a questão do Partido enquanto fomentador e transformador da consciência (burguesa) do proletariado em consciência de classe. Faz uma revisão bibliográfica a partir do livro seminal *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács. Tem por objetivo avaliar se realmente (se assim o for), e em que medida, o Partido do proletariado é de fato o agente transformador da realidade burguesa. Porém, na sublevação da mesma em revolução proletária, teremos que também lançar mão das sombras para elevação do proletariado. Conclui-se que os efeitos da reificação são entraves diretos do Partido, enquanto aplicação do método dialético e da organização, sobretudo à crença na instituição do Direito e do Mercado Financeiro que repelem qualquer ordem conjecturada que não seja à ordem burguesa.

**Palavras-chave:** dialética; partido; reificação; mercado financeiro

#### ABSTRACT

The subject of this article deals with the question of the Party as a promoter and transformer of the (bourgeois) consciousness of the proletariat into class consciousness. It makes a bibliographic review based on the seminal book *History and Class Consciousness*, by Georg Lukács. Its objective is to assess whether (if at all), and to what extent, the Party of the proletariat is in fact the transforming agent of bourgeois reality. However, in the uprising of the same in proletarian revolution, we will also have to use the shadows to elevate the proletariat. It is concluded that the effects of reification are direct obstacles of the Party, as an application of the dialectical method and organization, especially to the belief in the institution of Law and the Financial Market that repel any conjectured order that is not the bourgeois order.

**Key-words:** dialectic; party; reification; financial market

---

<sup>6</sup> Doutor em Educação pela UFF e Mestre em Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela FCPERJ pela Universidade Candido Mendes. Trabalha há 22 anos no mercado de Telecomunicações. Atualmente, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação – NuFIPE-UFF e do Instituto Norberto Bobbio. Autor de livros de Poesia Social – “Brasil Social: a verdade desvelada e “Poema Político – o Sopro à consciência”. A partir dos trabalhos e dissertação e tese, publicou como editor independente, os livros homônimos “História e Consciência de Classe: Lukács e uma abordagem dialética do Partido para além do proletariado” e “IDEOLOGIA E CULTURA EDUCACIONAL - Estudo crítico sobre o conservadorismo em educação no Brasil”. Possui também dezenas de capítulos de livros (e-books) e artigos em revistas acadêmicas, a partir de trabalhos de ambas as pesquisas. Tem 41 anos, natural de Teixeira de Freitas, na Bahia. No Mestrado, a linha de pesquisa na ciência política foi Teoria Política e Interpretações do Brasil, em que aborda a ontologia lukacsiana e a questão do ser e do dever ser entre a consciência e a crença em âmbito do gênero e do indivíduo, na dissertação: *História e Consciência de Classe: Lukács e uma abordagem dialética do Partido para além do proletariado*, defendida em maio de 2014. Na tese intitulada “Ideologia e Cultura Educacional - Estudo crítico sobre o conservadorismo em educação no Brasil” o tema é a relação entre ideologia e educação, tendo como objetivo geral investigar os componentes ideológicos que deram e ainda dão forma ao conservadorismo estrutural brasileiro, e que, em momentos determinados pela conjuntura histórica, como o atual, flertam acintosamente com o fascismo. O estudo toma como pressuposto o fato de o desenvolvimento da educação pública escolar de massa no Brasil ter carecido, desde a primeira hora, da iniciativa, do interesse e do apoio efetivo dos governantes do país. A pesquisa visa apreender elementos para uma crítica ontológica do pensamento conservador no campo educacional brasileiro.

## À guisa da Introdução

Neste ensaio, entraremos na questão da organização do Partido dito revolucionário, assim como na questão da dialética sob a ótica da crença. [A organização] apenas uma questão de recorte desta temática que completa a dialética, no sentido que transborda a mesma da consciência para a ação na realidade, pois, com efeito, o método dialético não é apenas deleitar-se com a teoria ou visão contemplativa, sem lançar mão da ação prática. Por isso, é fundamental a relação dialética e organização para o Partido. Não menos importante é a questão da reificação, muito pelo contrário, esta é tema recorrente e de fundo, pois sem ela não se permite conjecturar, e muito menos entrelaçar os conceitos: dialética, organização, Partido, proletariado, sociedade e burguesia. Portanto, o campo de ação de enlace e entrelace da organização do Partido está no processo de reificação, isto é: de coisificação dos complexos do indivíduo e da sociedade, das “relações comerciais entre pessoas e relações sociais entre coisas”, como diz Marx no *O Capital* Livro I sobre o fetichismo da mercadoria (MARX, 2010, p. 94).

Por isso, é o fetichismo que dá o tom da reificação em toda a sociedade, e por isso mesmo, nos deparamos como uma questão altamente delicada do ponto de vista da organização do Partido revolucionário, pois, como questão de ordem, o problema da organização está inscrito no processo de reificação e na sua célula básica que é o fetichismo da mercadoria, e a sua instância máxima, o seu reflexo cada vez mais mediado na sociedade, na generidade<sup>7</sup> humana e no indivíduo, isto é, à ideologia burguesa refletida nas ciências, na filosofia, no sistema de vida, no Direito, no mercado e principalmente no trabalho que é o labor, segundo Engels (LUKÁCS, 2012, p. 18) para a práxis e a elevação da consciência do Partido. Os desdobramentos da reificação são, decerto, poderosos e contínuos reveses contra a formação de consciência e de iniciativa revolucionária do Partido do proletariado. Dito isto, veremos estas nuances em detalhes, a seguir.

### O Partido dentro do processo de reificação: Direito e Mercado Financeiro

Por ora, antes de estudarmos a relação entre a reificação e a sua crença, é importante destacar que o processo de reificação está diretamente relacionado com a questão da organização do Partido: o uso dos conceitos de legalidade e ilegalidade, da experiência da revolução Russa e do materialismo histórico perpassam à ‘questão do agir’ sob à conveniência e o pragmatismo

---

<sup>7</sup>Generidade, apesar de ser um neologismo é descrita pela Prof. Doutora Ester Vaisman (responsável pela revisão da tradução), como essência do ser, in: LUKÁCS, Georg. *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.73.

do momento da realidade objetiva e histórica. Será sempre uma relação de tensão entre a moralidade, a vontade e a crença dos indivíduos do Partido rumo a uma flexibilidade total de agir estritamente com base nas oportunidades do momento tático, sem apego algum a instituição e aos “escrúpulos” da legalidade, e somente com fidelidade irrestrita à estratégia do fim revolucionário. Não é um problema fácil de se resolver teoricamente, porque o mesmo, mais do que os outros, está profundamente aterrado na prática, no dia a dia, no cotidiano e no âmago do ser humano, tanto subjetiva como objetivamente. Por isso, tomando consciência dos “escrúpulos da legalidade” que constroem qualquer iniciativa revolucionária, não há como subverter esta ordem sem destacar dois pontos do pensamento burguês que se refletem na realidade, mesmo que se ressaltem as devidas autocríticas quanto até que ponto tais ordens são burguesas (Gramsci, por exemplo, considera o direito<sup>8</sup> (GRAMSCI, 1976, p. 97) como para além da consciência burguesa, e sim, como imanente à moral pedagógica e punitiva da sociedade).

Por tais, estas questões são o Direito (a ordem jurídica) e o Mercado Financeiro. Não conceber tais desdobramentos é entender a reificação puramente como um processo místico, abstrato, que não é produzida e ao mesmo tempo produz seus efeitos e causas – porque dialética – na realidade e na totalidade material da base econômica e na ideologia da sociedade burguesa. É entendê-la puramente como um fenômeno da ideologia sem lastro na realidade e na totalidade econômica desde o processo produtivo até o campo da moral e ética burguesa, e, por conseguinte, na ciência jurídica.

Portanto, o lastro do fenômeno da reificação para além de uma ideologia compõe à instituição da crença, uma ideia viva de uma impressão vívida que é trazida da experiência, mas, ao mesmo tempo plasma na mesma, na realidade, a que se atribui ao fenômeno do fetiche da mercadoria, no contexto da sociedade burguesa e da sua estrutura econômica. O próprio Marx utiliza o termo em *O Capital*, e não o faz à toa, aleatoriamente:

“Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho [...], nada têm a ver com a natureza física destes produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença”. (MARX, 2010, p. 94).

---

<sup>8</sup> “Se cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais, tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado de modo que esteja conforme ao fim e seja eficaz ao máximo e criador de resultados positivos.”

Ainda no discorrer do tema da crença, ou seja, sobre “a região nebulosa da crença” como produto do cérebro<sup>9</sup> a que Marx se refere, citamos, também, David Hume, que destaca em sua definição a crença<sup>10</sup> como impressões e ideias em seu tom mais forte. Decerto, pelo menos no tocante ao fetichismo, há uma ponte filológica clara, mesmo que marginal entre os dois pensadores, no termo crença, assim como também na forma e no conteúdo: seja na definição da “crença como produtos do cérebro humano em Marx; ou produtos da imaginação de “impressões que produz ideias”, como em Hume”:

“As percepções são todas de dois tipos, a saber, impressões e ideias, que só se distinguem por seus diferentes graus de força e vividez. Nossas ideias são copiadas de nossas impressões, representando-as em todas as suas partes. Se quisermos alterar de algum a ideia de um objeto particular, a única coisa que podemos fazer é aumentar ou diminuir sua força e vividez”. (HUME, 2009, p.125)

Com efeito, e em tratamento ao conceito de Hume, Kiraly<sup>11</sup> (2012, p.101) define e desdobra a crença como a plasticidade imanente ao ser humano e à natureza humana como necessidade, como forma inexorável de absorver e apreender-se na vida, e, por conseguinte, no usufruto de sua experiência. Não é uma concepção, portanto idealista de se fazer crer na ideia. Nasce da experiência ‘no alçar-se’ a uma impressão, e por sua vez, no seu produto: a ideia que, quanto mais vívida, torna em sua plasticidade uma crença.

Portanto, são as crenças e tradições que formam ‘o viver’ e o próprio ser humano, porque ambos têm seu lastro na experiência. A despeito de uma ideologia do modo de produção capitalista, este encontra seu lastro na experiência do ser humano, o que a vivifica como impressão e como produto da ideia, e ressona o fenômeno e o fetichismo da mercadoria como falsa consciência, porque forjada da realidade econômica burguesa, isto é, em um sistema de crença da experiência, por isso, existe independente de qual lado se esteja na luta de classes, e ainda dentro do próprio Partido revolucionário – certa dualidade, porém, não isolada em si, mas, em uma relação dialética: “um mundo” proveniente da ideia revolucionária, um possível e potencial reino da liberdade; e

<sup>9</sup> Ibidem. “[...]os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como sensação subjetiva deste nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. [...] Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantém relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias”.

<sup>10</sup> “Uma tonalidade particular de uma cor pode adquirir um novo grau de vividez ou brilho sem que haja nenhuma outra variação, porém, não teremos mais a mesma tonalidade ou cor. Sendo assim, como a crença não faz senão variar a maneira como concebemos um objeto, ela só pode conceder a nossas ideias, uma força e vividez adicionais.”

<sup>11</sup> “Não existe um mundo sem homens. Não existe homens sem crenças. Não há crenças sem mundo. [...] A crença não é um sentimento: a crença é uma estrutura cognitiva e social da natureza humana, cuja expressão é a adesão necessária à experiência. Por isso, não podemos deixar de respirar ou crer.”

outro por assim dizer, da ideia burguesa– reino da necessidade, cujo lastro de ambos está aterrado na experiência e na mesma realidade. O Partido do proletariado, não pode desconsiderar esta concepção proveniente da natureza humana. Diz Kiraly:

“Não se trata de uma ação arbitrária sobre a organização do mundo e dos conceitos, mas, um outro modo de descrever: a crença, porque acrescenta plasticidade, faz ver no discurso a composição pictórica dos conceitos e da história [...] os mundos não podem ser definidos senão como criados por sistemas de crença”. (KIRALY, 2010, p.103)

Por conseguinte, na constatação das citações de Marx, Hume e Kiraly, pelo visto acima, podemos auferir a crença da reificação, ou melhor, a instituição da sua crença, como um sistema de crenças que cristalizadas formam o arco de instituições políticas e morais, sedimentada na realidade histórica e refletida em todas as regularidades da sociedade: no noticiário, na propaganda, no sistema de ideologias e na consciência das pessoas. Portanto, na natureza humana, não há mais o que se apregoa na vida da sociedade humana em sua estrutura capitalista do que dois desdobramentos dialéticos da estrutura burguesa: 1) o direito e suas prerrogativas de âmbito e amplitude internacional, ou ocidental, assim, como 2) o mercado financeiro. Isto quer dizer que, qualquer que seja o imaginário de revolução, somente para ficar no imaginário, ou o é enquadrado moral e legalmente pelo Direito e a ordem jurídico-legal, assim como pelo mercado financeiro, com a fuga de capitais provida pela integração de capitais em todo o mundo.

Após essa digressão: em suma, o Partido revolucionário precisará se elevar não somente em um processo de reificação, mas, com efeito, em um espécime de barreira invisível e intangível provido pelo campo nebuloso do que chamou atenção de Marx, à crença; e que produz regularidades tangíveis como a interferência no cotidiano e na realidade, como o Direito e o Mercado. Desta forma, o Partido revolucionário terá inexoravelmente que ir ao encontro a essas barreiras, pois não há pretensa supremacia de ideologia ou ação revolucionária que possam passar à margem dos respectivos entraves, visto que o mercado talvez atinja seu maior ápice no fetichismo, transformando dinheiro na “maior” mercadoria desejada, e que está em constante circulação; assim como o Direito, estrategicamente inserido como regulador e provedor deste mercado em âmbito legal e por si só, detentor da máxima legal, das regularidades, - que como vimos - nasce da instituição de crenças, decerto contribuindo para colocar o método dialético no escapismo, e abarcando qualquer pretensão de totalidade por parte do Partido do proletariado. Desta forma, as regularidades do Direito e do Mercado, por conseguinte, racionalizam com bastante êxito e assertividade a sociedade em partes, consolidando-se, entre outros, como dois sustentáculos da sociedade burguesa.

Vejamos em princípio, o mercado financeiro:

O Mercado Financeiro (FORTUNA, 2010, p.49-71). é a maior estrutura ‘férrea’ de oposição à outra ordem, que não seja a burguesa, pois sua internacionalização no século XX, culminando na economia global entre os diversos mercados<sup>12</sup>, isto é, integrando o mercado monetário, de câmbio, de crédito e de capitais em organismos escriturários e mecanismos somente possíveis com o advento evolutivo constante da eletrônica e da tecnologia da informação, fizeram com que reação fosse cada vez mais múltipla e dinâmica -, com a fuga de capitais de um estado soberano a outro. Esse dispositivo capital coloca qualquer ameaça política ou econômica sob a resposta imediata em qualquer ponto global com base no “dispositivo” social da especulação financeira. Portanto, com a integração do mercado global, o capital flui rapidamente e dinamicamente de um país para outro desde uma aspiração pessoal ou de um grupo econômico a buscar lucro; a fazer um negócio trivial; e principalmente, em caso de crise ou ameaça política, social e econômica que esteja ocorrendo em um Estado.

Desta forma, propomos a fazer o seguinte exercício como exemplo: Supondo que há uma “ameaça” política de qualquer ordem em um Estado e, por conseguinte, a fuga de capitais do mesmo: o câmbio da nação em questão desvaloriza a moeda local, portanto, “derrete” e destrói-se base monetária (há escassez e menos recursos e dinheiro em circulação); a Bolsa de Valores despenca em pontos com o registro de inúmeras transações negativas; os conglomerados produtivos das principais empresas desabam com suas transações no mercado futuro, derivativos e em crédito; e o governo, altamente dependente do capital estrangeiro (porque comumente financia-se no longo prazo com recursos financeiros oriundo dos investimentos em papéis e empresas do país) fica sem caixa para remunerar ao custo de sua taxa de juros, os seus credores e detentores dos títulos públicos que ficaram retidos.

Portanto, sem dinheiro do capital internacional, pois, comumente, a política econômica do Estado está condicionada a ele: a balança de pagamentos com seus saldos de conta corrente (*exportações menos importações, e gastos comerciais do exterior no país menos gastos do país no exterior*) e a conta capital (*total de investimentos financeiros estrangeiros em um país subtraído do total de investimentos do país no exterior*), também ficam deficitárias; e por isso, estando corrente o processo e fluxo de fuga de capitais, o sistema bancário-financeiro do país entra em colapso. Devido a menos circulação de dinheiro, a falta de capital estrangeiro e as perdas de valor de mercado das grandes empresas, além da falta de capacidade de financiamento

---

<sup>12</sup> SILVA, José Cláudio Ferreira. *Macroeconomia: modelo de análise conjuntural*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008. p.69-113. Noções de Mercado de Bens e Serviços, Mercado Monetário, Mercado de Capitais e Balança de Pagamentos.

do governo. Todos esses efeitos interligados e sob a “alavanca” da regularidade do mercado em crise, caso haja somente a ameaça de uma moratória, uma intervenção estatal mais radical, ou principalmente se a causa for uma guinada no sistema político e, por sua vez, na política econômica.

Portanto, o Partido proletário ao fazer valer na prática a revolução, em última instância, a derrocada da burguesia e da estrutura econômica do capitalismo: com a socialização de pronto dos principais meios de produção e o “controle” do mercado financeiro, seria preciso uma ação articulada e integrada em todo sistema bancário e financeiro para controlar o fluxo de saída de capitais, e utilizando-se do dispositivo existente, interromper de imediato as transações no mercado de capitais. Além disso, “controlar” o câmbio, frear radicalmente a escrituração de qualquer transação de títulos, e assumir o controle imediato das empresas estratégicas.

Em suma, com efeito, não é demais observar o teor da complexidade e da contingência muito além da realidade histórica, para o Partido já consciente ir além da consciência à organização concreta, para, desta forma, obter o êxito revolucionário e a subversão da realidade. Pois, o maior problema não é a simples regularidade do Mercado e seus efeitos e desdobramentos. Pois, os desdobramentos não estão enraizados apenas em uma regra; a regra não é universal em si mesma (KIRALY, 2012. p.53), muito longe disto, ela é decorrente da instituição de crenças, dos costumes e da moralidade humana. Portanto, a regularidade está entranhada no âmago do ser humano, na sua moralidade e experiência, e nas suas tradições. Quer haja a revolução para outra realidade política, social e econômica, não muda em nada essa fatalidade. Não é suficiente, apenas, revolucionar e mudar a regra ou regularidade sem ater à questão da moralidade e da natureza humana. Por isso, a importância da ideologia, como veículo de luta política, de propaganda, e de fomento cultural e moral para o Partido e como retransmissor para toda a sociedade.

Cuidemos, por ora, do Direito, para o Partido revolucionário:

O direito de um Estado de Direito constitucional, assim como de um Estado Social, em outros termos, um estado socialista, não dando margem a generalidade do termo, acompanha-se de uma observação de Bobbio de que um Estado de Direito e Social são incompatíveis no âmbito constitucional, e somente se articulam no administrativo e legislativo. Isso porque há o “atropelo” ao direito à propriedade e às liberdades fundamentais pela política de redistribuição social econômica do Estado Social. Diz Bobbio:

“Os direitos fundamentais: liberdade individual e pessoal, política e econômicas são pleitos permanentes da tutela da sociedade burguesa. Um dique contra a intervenção do Estado. O contrário, os direitos sociais são pleitos de maior participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida”. (BOBBIO, 2000, p.401)

Portanto, a ordem jurídico-legal é uma barreira da qual o Partido revolucionário, como regularidade, não pode deixar de atentar. Pois, fazendo uma contextualização histórica do Direito no Estado burguês: na estrutura nacional e internacional vigora um sistema capitalista liberal de vasta capilaridade na geografia do globo, o que produz grande concentração de renda com grande planificação da mão de obra; além de alta e dinâmica rede de evolução tecnológica como produto do arcabouço do capital financeiro e transnacional, sendo que essa estrutura material fora refletida no Estado de Direito, e plasmou-se ainda mais com o rearranjo da propriedade, sendo gerida, e negociada em títulos na Bolsa. Isto é, todo o capital “separado”, ora: industrial, comercial e bancário consolidou-se de forma pujante no capital financeiro, o que se consumou nos anos 70 do século XIX nos grandes conglomerados econômicos, na redução de custos de produção, na distribuição e no consumo com a permuta e a integração de capitais. Com efeito, o capitalismo se engendrava agora de forma organizada, formulando de fora ou de dentro do Estado à nova legislação bancária, comercial, trabalhista e financeiro-econômica.

Por isso, com efeito, o que se chama por legalidade e contra ela ‘atentá-la’, é a subversão dos termos legais da legislação trabalhista, bancária e financeira. Como efeito de um processo de reificação, agora se vê com clareza e à luz alcalina como a sociedade foi reduzida a célula da mercadoria, e como a ideologia burguesa pelos seus principais tutores: o Direito e o Mercado Financeiro funcionam como arcabouço de proteção e de ataque a qualquer ameaça que abra margem para uma mudança de ordem, sobretudo, para a ação revolucionária de um Partido revolucionário. Percebe-se, como a instituição da crença e a relação com o fenômeno da reificação, e como o Direito e o Mercado estão dialeticamente relacionados e interligados na materialização da estrutura econômica, e, por conseguinte, em resguardar os interesses da classe dominante, da burguesia em detrimento do proletariado.

### **O Partido dentro das subjetividades e da crença**

Por isso, visto que discorreremos sobre a análise considerando o complexo da sociedade e a relação do gênero com os entraves do Direito e do Mercado, de igual modo, se nos propomos a tratar da dialética e da organização do Partido, não podemos deliberadamente tratar essa relação como miniaturização (KIRALY, 2012. p.50) e desconsiderar a individuação e sua relação com a generidade humana, isto é, a redução à regularidade em si mesma, da crença e da ação do ser humano ao estrito comportamento geral e regrado mecanicamente pela generidade e sociedade. Mas, cabe reforçar: como vimos neste fenômeno, não podemos nos furtar na ciência política de nos ater a temática do Partido revolucionário contextualizando-o para além da

consciência do proletariado sem essa estar baseada no sistema de crença destes dois “demiurgos” ideológicos, morais e regulares, não únicos, mas decerto como fundamentais bastiões ideológicos e de consenso espontâneo da sociedade burguesa.

Mas, uma vez que não podemos agir com miniaturização, e considerando o Partido também em sua individuação, podemos relacionar claramente a consciência como um *status* de *persona* e *sombra*, o que podemos também aludir respectivamente o primeiro como consciência reificada e o segundo como consciência de classe. Pois, mesmo Lukács não tratando diretamente da consciência de classe como consciência psicológica, não se pode refutar essa temática, visto que o próprio Lukács fez uma ressalva: de que não se deve mecanicamente manter a distância entre consciência de classe e a consciência psicológica. Ao contrário, deve-se investigar em que medida há correção símile entre as diversas classes<sup>13</sup> (LUKÁCS, 2012, p.142), pois, ‘o despertar’ da consciência decerto envolve a consciência do gênero, assim como a consciência individual, cada vez mais autonomia e independência, mesmo que relativa em relação ao gênero.

E outro ponto, a despeito dessa ponderação, é a de que se precisa de uma teoria comportamental de forma a não criar uma teoria social e política a partir de um reducionismo do ser humano como indivíduo e de sua natureza humana, como ressalta Kiraly<sup>14</sup> (KIRALY, 2012. p.101) em termos de ciência política. Por conseguinte, sobre este enlace entre *persona* e *sombra*, tratando com o ceticismo possível e o distanciamento da generalidade humana, o Partido claramente, em sua individuação, se mantém nesta recorrência entre um status de *persona* ou de inconsciência; ou de *sombra* ou consciência de classe a ser potencializada e transmutada.

Por sua vez, em continuidade ao debate sobre a individuação no Partido revolucionário, lançamos mão também de Lacan em correlação ao descrito em supra entre *persona* e *sombra*, e considerando essa sombra forçosamente como uma incompreensão da consciência; o mesmo

---

<sup>13</sup>. “Esta determinação (da consciência) estabelece, de imediato, a distância que separa a consciência das ideias empíricas efetivas e daquelas psicologicamente descritíveis e explicáveis que os homens fazem de sua situação de vida. Não se deve, no entanto permanecer na simples constatação dessa distância, ou mesmo se limitar a fixar, de maneira geral e formal, as conexões resultantes. É preciso, antes, investigar: em primeiro lugar, se nas diferentes classes essa distância varia conforme suas relações com a totalidade econômica e social da qual são membros e em que medida essa diferenciação é tão grande para produzir diferenças qualitativas; em segundo, o que significam na prática, para o desenvolvimento da sociedade, essas diferentes relações entre totalidade econômica objetiva, consciência de classe adjudicada e pensamentos psicológicos reais dos homens sobre sua situação de vida, e, portanto, qual é a função histórica prática da consciência de classe.”

<sup>14</sup> “Assim, neste ensaio, partimos da seguinte hipótese: duas disposições básicas podem ser encontradas na ciência política contemporânea, ambas resultado dos modos de leitura da tradição da filosofia política: (1) a miniaturização do fenômeno político e (2) minimalismo do fenômeno político. Essas duas disposições são formadas em virtude do conceito de natureza humana (ainda que a terminologia da natureza humana não seja usada por vários setores da ciência política, não é demais falar, concepções antropológicas estão sempre presentes: (1) a natureza humana como minuatuta (opção teórica para simplificar os modos descritivos e determinar a regularidade das ações e (2) a natureza humana descrita como minimalismo.”

reforça que na verdade a incompreensão é um sintoma<sup>15</sup>, e que ao desbaratá-la, acha-se de igual modo o valor de verdade, a compreensão:

“Digamos que muito poucos [...] sabem a equivalência entre sintoma e valor de verdade. [...] Isso tem um correspondente histórico. Demonstra que o sentido da palavra “sintoma” foi descoberto, denunciado, antes que a psicanálise entrasse em jogo. Como aponto muitas vezes, essa equivalência foi o passo essencial dado pelo pensamento marxista”. (LACAN, 2011. p.44)

Por conseguinte, desdobra-se neste ensaio à hipótese de o Partido, já consciente e ao mesmo tempo às voltas com sua inconsciência ou consciência reificada, em que: para “igualar” sua consciência psicológica à consciência de classe, o fará através do processo de mediação, buscando equilibrar em certa medida o sujeito interventor, do objeto da realidade dada para pretensamente ser transformada. Isso porque há uma realidade social e natural independente da consciência de classe. Ou seja, da consciência objetiva. Mas, não podemos esquecer-nos do subjetivo (idealismo), da consciência psicológica do indivíduo, senão, reduzimos o ser humano a uma objetividade mecânica (materialismo vulgar). Marx e Engels deixou isso claro nas *Teses de Feuerbach*.

Portanto, isso precisa ficar claro para o Partido: O ser humano é tanto universalidade como individualidade. É tanto objetividade e como subjetividade. É necessidade e causalidade. Para tal, em suas categorias e determinações reais do ser, no caso, o Partido está inscrito como objetividade e como universalidade do gênero, mas, sua individualidade está inscrita como um problema que está na ordem do dia, pois o indivíduo não é regrado simplesmente pelo gênero social (VAISMAN, 2009. p.455), muito menos pela regularidade de uma instituição - pois há o sistema de crenças (KIRALY, 2012. p.101), e por isso, precisará lançar uso da organização, mas, não somente isto: precisará da ideologia como instrumento de combate de ideias e de crenças para se possível, subverter a moralidade própria do indivíduo, porém, mesmo na categoria modal da possibilidade, este é um processo lento e muito delicado.

O movimento religioso mesmo após a Idade Média, e as escolas filosóficas, por si só, demonstram a força que tem o suporte ideológico na transmutação da consciência dos indivíduos, uns mais dogmáticos, outros, mais moderados, mas, o fato é de que é uma força a que não se pode subestimar, mas, muito menos superestimar. Porém, o indivíduo e a sociedade não prescindem da ideologia, tanto em seu cotidiano, em sua práxis humana, em sua experiência, não estando somente restrita a “estudos superiores” ou religiosos.

---

<sup>15</sup> “Significativo quer dizer o quê? Eu não disse significante, em absoluto. Há uma grande diferença entre a relação significante/ significado e a significação. A significação, isso faz um signo. Um signo não tem nada a ver com um significante.”

Pois, o certo é que tal devir do homem é irreversível em sua historicidade, donde, ao mesmo tempo em que é forjado pela base econômica, produz e se reproduz autonomamente distante dela, em sua própria generidade e na sua individualidade, e na substituição de uma crença por outra, de uma ideologia por outra, de um estranhamento por outro.

Por isso, não há outra forma para a captura da consciência pelo Partido. Não há como vislumbrar outro jeito: Para Lukács, faz-se necessário filosoficamente e moralmente no dia a dia da ideologia e do cotidiano na captação da consciência pelo Partido – “destruir” o mundo burguês na consciência, mesmo estando faticamente inserido na estrutura econômica e sociedade burguesa, e isso, perfaz tanto à consciência subjetiva como à consciência de classe – para derrocar a consciência reificada que transforma o ser humano na consciência de automercadoria. Isto é uma luta árdua, um processo lento, porém intenso e profundo a ser travado pelo Partido. É um trabalho ideológico e de propaganda, um trabalho de repetição.

Mas, isto precisa ficar também, muito claro: não é concebido como a mecânica de uma regularidade ou fórmula. Estamos discorrendo sobre ideologia, imaginário, crença, na individuação de uma instituição que também é formado por sua crença, mas, que está inscrita – querendo ou não, na pluralidade de mundos – ou seja, de outros sistemas de crenças. Não é intenção aqui e nem escopo entrar em pormenores de caso a caso. Mas, não podemos negar até o momento a crença, independente de sua intensidade, que ainda gira e ressona em todo o mundo, que se reflete no imaginário: o Partido comunista e revolucionário, mesmo após a queda do Muro de Berlim.

Portanto, o Partido revolucionário com base na luta ideológica e prática das lutas políticas, do cotidiano e parlamentar, precisa atingir suas metas consecutivas: ser primeiro, o artífice da consciência do proletariado, ser o arquétipo de modo a não refluir à consciência e o fenômeno da reificação na pós-consciência do proletariado. Isso é imprescindível. Este sintoma da inconsciência é a chave da “verdade”, sendo preciso trazer à sombra para a camada superior, e fazer com que o “sentimento oceânico”, o ‘eu e o ambiente’ se entrelacem novamente com a consciência, e que refaça as camadas subterrâneas para a camada da consciência, como a Roma *quadrata* (FREUD, 2011. p.12), a Roma da renascença, como exposto por Freud; e como mostramos com Lacan, considerando a consciência subjetiva e psicológica do indivíduo, pois a individualidade não é regrada mecanicamente pela generidade e pela objetividade econômica, possuindo também sua autonomia e independência do gênero.

Mas, trazer e entender este mundo em substituição ao mundo a ser destruído vai precisar de fato debater-se, em seus elementos de entrave, com o Direito e o Mercado Financeiro, e antes disso, à moral burguesa. Mas antes ainda, deparar-se com seu simulacro: a crença e seu sistema

para criar-se à semelhança e com as ações ideológicas e políticas, prover à causalidade para outra ordem: a da moral e ética revolucionária, como a história já se fez provar, mas não perdurar, como a Comuna de Paris em 1871, e a Revolução Russa de 1917, só para ficarmos nestes exemplos.

Portanto, segue-se ao desenvolvimento e a relevância da organização, contextualizada nestas questões de ordem das regularidades, assim como na questão do inconsciente e do sintoma para o Partido, atributos da generidade e da individualidade que precisarão ser elevados à consciência para tratar da organização concreta, e lidar com contradições morais como: a violência, a legalidade e ilegalidade, com total pragmatismo quando do ápice e o recrudescimento da crise econômica e das suas barreiras, para o objetivo final da revolução. Tudo isso, para evitar-se à capitulação durante o usufruto e momentos lançados pelo materialismo histórico – seja em combate escancarado ou não aberto da luta de classes entre as duas classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. Em suma, é preciso que o Partido revolucionário lance mão da ciência e arte dialética, marxista e organizativa para suprir a fonte da “religião” (FREUD, 2011. p.18) burguesa, sua moral e seus costumes, ao passo a passo da realidade histórica.

### **Conclusão**

Por fim, faz-se necessário ficar detidamente claro para o Partido revolucionário que a moral e ética burguesa, moduladas pela reificação estão extremamente arraigadas no Mercado Financeiro e no Direito, o que sugere que tais movimentos são correias de transmissão ao mesmo tempo em que fabricadas pelo processo de reificação, são também os demiurgos da ideologia burguesa funcionando como pontos de consenso e pontos de coerção – ou seja, como pontos de arrefecimento, mitigação e extirpação da consciência que acometem as individualidades (VAISMAN, 2009. p.455) do Partido, e principalmente, mesmo que a se tenha, de restringir por parte do agente revolucionário uma ação de fato real e transformadora da realidade pelo âmbito da organização. Com efeito, mesmo que se tenha consciência, pode decerto inibir uma ação do Partido e dos seus indivíduos em criar os acontecimentos, em tomar a iniciativa com receio de sofrerem as sanções e regularidades, principalmente da ordem legal e da financeira.

Por isso, para o Partido agir com base, agora, em sua consciência e ação revolucionária, porque ambas formam a práxis revolucionária (teoria e prática), o mesmo não poderá sob nenhuma hipótese: vulgarizar, minimizar, banalizar, assim como negligenciar ou superestimar tais espécimes concretos da estrutura reificada e burguesa, coercitiva à sociedade, que

racionaliza, mecaniza e determina o ser humano, e que deturpa a sua formação como classe proletária. Pois decerto, se o Partido permanece nessa postura passiva perante essa estrutura e suas suscetibilidades, destrói-se a ponte entre a consciência psicológica (subjetiva) das individualidades e a consciência de classe (objetiva) do gênero, pois, se o Partido fica no vale entre a consciência e a organização da ação efetiva na ordem dia do Partido revolucionário, o mesmo cai no ocaso da ação contemplativa e utópica, perfazendo-se na sombra, no sintoma e na inconsciência, do que ao contrário, deveria ser apenas um caminho gradual e árduo para potencializar e superar um sintoma de inconsciência para a verdade da ação consciente no cotidiano do Partido do proletariado. Mesmo a despeito da crença da reificação reproduzir ainda também neste mesmo cotidiano o espelhamento da realidade da sociedade burguesa na consciência da individualidade e no gênero do Partido.

### Referências

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFANCO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.
- FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 18.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HUME, David *Tratado da natureza humana*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009)
- KIRALY, Cesar. *Ceticismo e política*. São Paulo: Giz Editorial, 2012
- \_\_\_\_\_. *Os limites da representação: um ensaio desde a filosofia de David Hume*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.
- LACAN, Jacques Lacan. *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital: crítica da economia política*. v.1. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, José Cláudio Ferreira. *Macroeconomia: modelo de análise conjuntural*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008.

VAISMAN, Ester. Apresentação. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. In: *Revista Perspectiva*, v.27. Florianópolis: jul/dez, 2009.